

Informativo de Energia: leia os destaques da ANP de setembro de 2022

11.10.2022 3 minutos de leitura

Autores

Bruna de Barros Correia
Carlos Frederico Lucchetti
Bingemer
Júlia Calgaro Moreira

Áreas relacionadas

Energia

Assuntos

Energia

ANP abre consulta pública sobre possibilidade de comercialização de biodiesel importado

A ANP abriu a **Consulta Pública nº 22/2022** com fins de obter contribuições sobre minuta de resolução que altera a Resolução ANP nº 777/2019, regulamentando a possibilidade de comercialização do biodiesel importado. **A consulta pública estará disponível até o dia 04 de novembro, com data de audiência pública marcada para o dia 09 do mesmo mês.**

O objetivo da resolução é o atendimento ao percentual obrigatório de biodiesel ao óleo diesel de que trata a Lei nº 13.033/2014 e atende à Resolução do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE nº 14/2020. Com a limitação à comercialização do biodiesel importado, a alteração submetida pretende retirar a barreira regulatória de uso de biodiesel importado na mistura obrigatória no óleo diesel.

A diretoria da ANP aprovou, ainda, a dispensa da realização de Análise de Impacto Regulatório – AIR prévio para a regulamentação da matéria, uma vez que a minuta da resolução submetida às respectivas consulta e audiência públicas trata de ato normativo destinado a direitos e obrigações definidos em norma hierarquicamente superior.

- **Para acessar à Consulta, clique aqui.**

ANP aprova resolução sobre biometano de aterros sanitários e estações de esgoto

A Diretoria da ANP aprovou a **Resolução nº 886/2022** que altera a Resolução ANP nº 685/2017 e estabelece a especificação do biometano de aterros sanitários e estações de tratamento de esgoto. A alteração normativa dedicou-se à metodologia de análise de compostos prejudiciais à saúde e que podem, entre outras consequências, danificar equipamentos de produção de energia e motores de veículos, sendo necessária sua remoção no processo de produção do biometano.

Entre as mudanças, foi excluído o prazo de 5 (cinco) anos para a contratação de laboratórios acreditados no INMETRO para a realização das análises laboratoriais relativas ao teor de siloxanos e halogenados. Além disso, incluiu-se mais um método de análise dos contaminantes, o que flexibilizará o atendimento ao dispositivo que exige dos laboratórios a análise dos contaminantes.

- **Para acessar à Resolução, clique aqui.**

ANP lança painel dinâmico sobre resolução que regula terminais aquaviários

A ANP lançou o **Painel Dinâmico Aplicação da Resolução ANP nº 881/2022**, que estabelece os critérios para o uso dos terminais aquaviários existentes ou a serem construídos, tanto para a movimentação de petróleo, seus derivados, quanto derivados de gás natural e biocombustíveis.

A ferramenta visa esclarecer as dúvidas dos agentes econômicos a partir de perguntas e respostas enviadas pelos operadores de terminais aquaviários, carregadores e terceiros interessados em movimentar produtos nesses terminais. Todos os questionamentos podem ser filtrados por assunto ou pelo artigo da resolução a qual se refere.

Além de perguntas e respostas, a ferramenta também reúne links para materiais extras que foram desenvolvidos especialmente para a aplicação da respectiva resolução, sob a forma de fluxograma dos principais processos envolvidos.

- **Para acessar ao Painel, clique aqui.**

ANP firma acordos de cooperação técnica com Procons municipais

A ANP firmou acordos de cooperação técnica com os Procons dos municípios de Altamira (PA) e Campo Grande (MS) para a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, georreferenciamento das instalações fiscalizadas e intercâmbio de informações.

Os acordos visam atividades de fiscalização conjunta, bem como prevenção e repressão de condutas violadoras da legislação, além da implantação de sistema de intercâmbio de informações para tornar mais eficiente a regulação dos agentes econômicos.

Por meio da celebração de acordos de cooperação técnica e operacional, a ANP também concede a possibilidade dos agentes dos Procons realizarem ações de fiscalização em seu nome, de modo isolado. A Agência também mantém acordos desse tipo com Secretarias de Fazenda e o Ministério Público.

- **Para acessar a relação de órgãos conveniados, clique aqui.**

>>> Este conteúdo faz parte do Informativo de Energia. Clique aqui para ler mais notícias.

Profissionais que aliam visão jurídica e visão de mercado



Bruna de Barros Correia



Carlos Frederico Lucchetti Bingemer



Júlia Calgaro Moreira